

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
RIOGRANDE DO NORTE – NÚCLEO AGRESTE**

PREGÃO Nº 05/2022 – UASG 154582

(Processo Administrativo n.º 23134.000867.2022-69)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos, com fornecimento de peças, de forma sistêmica aos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

GRUPO	SIGLA	CAMPUS	ÓRGÃO
1	SGA	IFRN - Campus São Gonçalo do Amarante	GERENCIADOR
2	JC	IFRN - Campus João Câmara	PARTICIPANTE
3	MC	IFRN - Campus Macau	PARTICIPANTE
4	AP	IFRN - Campus Apodi	PARTICIPANTE
5	CA	IFRN - Campus Caicó	PARTICIPANTE
6	CANG	IFRN - Campus Canguaretama	PARTICIPANTE
7	CM	IFRN - Campus Ceará Mirim	PARTICIPANTE
8	CN	IFRN - Campus Currais Novos	PARTICIPANTE
9	IP	IFRN - Campus Ipanguaçu	PARTICIPANTE
10	MO	IFRN - Campus Mossoró	PARTICIPANTE
11	CAL	IFRN - Campus Natal Cidade Alta	PARTICIPANTE
12	ZN	IFRN - Campus Natal Zona Norte	PARTICIPANTE
13	CNAT	IFRN - Campus Natal Central	PARTICIPANTE
14	NC	IFRN - Campus Nova Cruz	PARTICIPANTE
15	PAAS	IFRN - Campus Parelhas	PARTICIPANTE
16	PAR	IFRN - Campus Parnamirim	PARTICIPANTE
17	PF	IFRN - Campus dos Ferros	PARTICIPANTE
18	SC	IFRN - Campus Santa Cruz	PARTICIPANTE
19	SPP	IFRN - Campus São Paulo do Potengi	PARTICIPANTE

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.		VALOR UNIT. MÉDIO (R\$)	TOTAL (R\$)	TOTAL POR ÓRGÃO
					Mín	Máx			
1-SGA	1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	3	4	1.048,25	4.193,00	18.537,00
	2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	38	4	600,00	2.400,00	
	3	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	3	2	77,76	155,52	
	4	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	38	23	77,76	1.788,48	
	5	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
2-JC	6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	4	1.259,56	5.038,24	26.808,44
	7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	68	4	1.416,06	5.664,24	
	8	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	1	145,38	145,38	
	9	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	68	41	145,38	5.960,58	
	10	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
3-MC	11	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	1	4	1.171,37	4.685,48	51.210,96
	12	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	41	4	1.381,37	5.525,48	
	13	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	1	1	1.000,00	1.000,00	
	14	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	41	25	1.200,00	30.000,00	
	15	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
4-AP	16	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	4	1.555,58	6.222,32	65.074,64
	17	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	30	4	1.800,58	7.202,32	
	18	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	1	1.550,00	1.550,00	
	19	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	30	18	1.950,00	35.100,00	
	20	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	7500	15000	1,00	15.000,00	
	21	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	1	4	1.282,44	5.129,76	

5-CA	22	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	22	4	1.599,44	6.397,76	48.602,52
	23	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	1	1	1.300,00	1.300,00	
	24	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	22	13	1.675,00	21.775,00	
	25	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	7000	14000	1,00	14.000,00	

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.		VALOR UNIT. MÉDIO (R\$)	TOTAL (R\$)	TOTAL POR ÓRGÃO
					Mín	Máx			
6-CANG	26	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	4	1.230,19	4.920,76	24.307,27
	27	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	40	4	1.395,69	5.582,76	
	28	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	1	152,15	152,15	
	29	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	40	24	152,15	3.651,60	
	30	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
7-CM	31	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	1	4	300,00	1.200,00	21.896,60
	32	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	35	4	1.374,56	5.498,24	
	33	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	1	1	145,38	145,38	
	34	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	35	21	145,38	3.052,98	
	35	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	6000	12000	1,00	12.000,00	
8-CN	36	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	4	1.360,22	5.440,88	34.144,95
	37	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	19	4	1.606,22	6.424,88	
	38	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	1	179,19	179,19	
	39	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	19	11	1.100,00	12.100,00	
	40	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
9- IP	41	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	3	4	1.373,48	5.493,92	71.063,84
	42	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	42	4	1.642,48	6.569,92	
	43	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	3	2	1.375,00	2.750,00	
	44	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	42	25	1.850,00	46.250,00	
	45	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	

		SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA							
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.		VALOR UNIT. MÉDIO (R\$)	TOTAL (R\$)	TOTAL POR ÓRGÃO
					Mín	Máx			
10-MO	46	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	4	1.430,25	5.721,00	77.521,64
	47	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	42	4	1.663,91	6.655,64	
	48	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	1	1.395,00	1.395,00	
	49	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	42	25	1.950,00	48.750,00	
	50	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	7500	15000	1,00	15.000,00	
11-CAL	51	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	4	1.011,75	4.047,00	19.146,24
	52	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	39	4	808,25	3.233,00	
	53	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	1	77,76	77,76	
	54	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	39	23	77,76	1.788,48	
	55	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
12 - ZN	56	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	45	4	783,25	3.133,00	15.232,52
	57	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	45	27	77,76	2.099,52	
	58	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
13- CNAT	59	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	3	4	1.050,75	4.203,00	31.135,20
	60	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	71	4	858,25	3.433,00	
	61	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	3	2	77,76	155,52	
	62	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	71	43	77,76	3.343,68	
	63	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	10000	20000	1,00	20.000,00	
14-NC	64	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	4	1.183,56	4.734,24	23.580,08
	65	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	32	4	1.484,56	5.938,24	
	66	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	1	145,38	145,38	
	67	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	32	19	145,38	2.762,22	

	68	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
15-PAAS	69	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	1	4	1.542,72	6.170,88	23.737,71
	70	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	7	4	1.667,72	6.670,88	
	71	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	1	1	179,19	179,19	
	72	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	7	4	179,19	716,76	
	73	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID	QUANT.		VALOR UNIT. MÉDIO (R\$)	TOTAL (R\$)	TOTAL POR ÓRGÃO
					Mín	Máx			
16-PAR	74	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	3	4	450,00	1.800,00	17.132,52
	75	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	42	4	808,25	3.233,00	
	76	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	3	2	77,76	155,52	
	77	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	42	25	77,76	1.944,00	
	78	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
17-PF	79	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	35	4	2.430,34	9.721,36	25.614,38
	80	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	35	21	280,62	5.893,02	
	81	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
18-SC	82	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	4	1.277,69	5.110,76	25.508,02
	83	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	48	4	1.458,19	5.832,76	
	84	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	2	1	152,15	152,15	
	85	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	48	29	152,15	4.412,35	
	86	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00	
19-SPP	87	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	1	4	290,00	1.160,00	40.961,54
	88	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	33	4	1.189,04	4.756,16	
	89	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO I	1970	UND	1	1	145,38	145,38	

90	MANUTENÇÃO CORRETIVA EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - COMPLEXIDADE TIPO II	1970	UND	33	20	1.245,00	24.900,00
91	PEÇAS - PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO SOBRE A BASE DE PREÇO DA TABELA DO FABRICANTE DE PEÇAS. (%), FORNECIDA PELA EMPRESA	24805	UND	5000	10000	1,00	10.000,00
Valor total (R\$)							661.216,07

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos, com fornecimento de peças.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, tendo em vista que o pagamento será apenas pelo realmente executado devido a imprevisibilidade quanto à demanda de reposição de peças que serão efetivamente executadas no decorrer do contrato.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. A Contratada deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
 - 1.6.1. Deverão ser observados os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010 e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar comprovação da observação dos critérios de sustentabilidade ambiental.
 - 1.6.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SL TI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
 - 1.6.3. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades de programas de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.
 - 1.6.4. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas, contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de Eficiência Energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09;
 - 1.6.5. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - 1.6.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados, nos primeiros meses de execução contratual, para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.
 - 1.6.7. Respeitar às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
 - 1.6.8. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber. Quando do fornecimento de peças, a CONTRATADA deverá adotar o disposto

no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG N° 01/2010 que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental para aquisição de peças.

- 1.7. Será aplicado o Sistema de Registro de Preços (SRP) por entender que os serviços a serem contratados atendem a hipóteses do art 3º, inciso III do decreto 7.892/2013.

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

- 1.8. Fica previsto a autorização de adesão à Ata de Registro de Preços, conforme § 4º do Art. 22 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Justifica-se a possibilidade de adesão devido a economicidade processual, uma vez que outros órgãos que tenham necessidade, reduziram o tempo para suprimento da demanda. A celeridade processual gerada pela possibilidade de adesão seria refletida em todos os setores e órgãos envolvidos no processo licitatório evitando o retrabalho e a reanálise pelos órgãos competentes de processos que tratam dos objetos da mesma natureza destinados a suprir demandas semelhantes.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.1.1. O serviço deverá ser executado por profissional habilitado e qualificado, de acordo com as normas da ABNT, normas Regulamentadoras além de toda legislação vigente na área do objeto.

5.1.1.2. Comprovação da existência em seu quadro

funcional, técnico qualificado, especializado e devidamente registrado em conselho de classe, com comprovação documental.

5.1.1.2.1. O fiscal do contrato deverá acompanhar a execução dos serviços nos campi do IFRN.

5.1.1.3. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, para execução de serviços contidos no presente instrumento, contendo os dados relativos ao serviço realizado, devendo ser compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

5.1.1.4. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial da pessoa jurídica.

5.1.1.5. Na prestação dos serviços deve ser incluso todos os custos com mão de obra, logística, ferramenta, equipamento, EPI's, insumos, eventualmente necessários, ou seja, toda e qualquer despesa para a realização dos serviços.

5.1.1.6. A aplicação de todos os materiais deverá obedecer sempre às recomendações dos fabricantes, cabendo à Contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrente da má aplicação dos mesmos.

5.1.1.7. A CONTRATADA deverá entregar o local do serviço limpo, sem entulhos, ou quaisquer outros materiais. Todas as normas de segurança deverão ser seguidas, conforme legislação em vigor, sendo obrigatório o uso de uniforme e EPI adequados à execução dos serviços.

5.1.2. O serviço a ser contratado é de natureza comum de manutenção corretiva e preventiva, com o fornecimento de peças necessárias à realização das manutenções e de caráter continuado.

5.1.3. O contrato terá duração inicial pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado até o prazo máximo de 60 meses.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. *Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.*

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 12 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Realização de Manutenção Preventiva

8.1.1.1 Entende-se por Manutenção Preventiva a série de procedimentos avaliativos visando diagnosticar as necessidades pontuais de cada equipamento. É destinada a prevenir a ocorrência de paralisações provenientes de quebras e/ou defeitos nos equipamentos, instalações e acessórios, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com manuais e normas técnicas específicas. Ao término dos serviços a contratada deverá emitir relatório individual de cada equipamento constando os serviços que deverão ser executados e certificado de realização dos serviços e garantias, que não deverá ser inferior a 90 dias.

8.1.1.2 A contratante deverá realizar o levantamento individual de cada equipamento visando diagnosticar problemas que prejudiquem o bom funcionamento do mesmo, tais como: descalibração, peças danificadas, instabilidade de leituras, dentre outros.

8.1.1.3 A manutenção preventiva deverá contemplar os equipamentos médicos e odontológicos pertencentes a cada Campus do IFRN.

8.1.1.4 A data e horário da manutenção preventiva será agendada com o fiscal do contrato, sendo realizada na presença de servidor do IFRN habilitado a fazer o acompanhamento.

8.1.1.5 A partir do momento de abertura do chamado ou

solicitação junto à empresa, a Contratada deverá iniciá-la em até 48 (quarenta e oito) horas.

- 8.1.1.6** Ao término de cada rotina de MANUTENÇÃO PREVENTIVA, a CONTRATADA apresentará um relatório, no qual estarão descritos os serviços realizados, bem como sugestões relativas à manutenção CORRETIVA considerada necessária.
- 8.1.1.7** O relatório técnico, deverá ser apresentado ao IFRN em até 72 (setenta e duas) horas após o encerramento da vistoria.
- 8.1.1.8** O prazo para conclusão dos serviços não deverá ser superior a 07 (sete) dias, salvo problemas de ordem maior, os quais devem ser documentados pela Contratada.
- 8.1.1.9** A manutenção preventiva consta de limpeza geral (interna e externa), lubrificação geral, revisão completa no sistema mecânico (quando aplicável), elétrico (quando aplicável), sonoro (quando aplicável), teclados, verificação de conexões e cabos, ajustes gerais, programação e configuração de resolução e filtros digitais, ajustamento e linearização de sistemas eletromagnéticos, limpeza de sistemas óticos, lentes, espelhos, condensadores, limpeza de pesos- padrão (incorporados em balanças), recarga de óleo e gás (compressores), pinturas (quando necessário), qualificação (quando aplicável), calibração, outros serviços essenciais, e testes de funcionamento, entre outros.

8.1.2. Realização de Manutenção Corretiva:

Entende-se por Manutenção Corretiva a série de procedimentos executados a partir da solicitação inicial da CONTRATANTE, recolocando os equipamentos em seu perfeito estado de uso e funcionamento, comportando inclusive a substituição de componentes e partes fornecidos pela CONTRATADA, efetuando os ajustes, reparos e demais serviços necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante. Ao término dos serviços a contratada deverá emitir certificado de realização dos serviços e garantias, que não deverá ser inferior a 90 dias. Para peças, não inferior a 90 (noventa) dias.

8.1.2.1. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo. Os serviços enquadrados nesta modalidade serão realizados por chamado, através de e-mail ou sistema próprio da empresa vencedora do certame, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados ao CONTRATANTE, solicitando autorização para execução dos serviços.

8.1.2.2. Os serviços de manutenção corretiva e/ou emergencial deverão ser realizados sempre que for detectado tal necessidade durante o serviço de manutenção preventiva, ou quando for realizado chamado

pelo CONTRATANTE para a correção de defeitos ou falhas dos equipamentos;

- 8.1.2.3. A manutenção corretiva incluirá toda mão-de-obra, ferramentas, materiais de consumo, transportes, necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos e poderá incluir o fornecimento de peças de reposição, se assim for necessário.
- 8.1.2.4. O agendamento das manutenções deverá ser realizado junto aos servidores responsáveis de cada campi, devendo iniciar em até 48 (quarenta e oito) horas a partir da abertura do chamado.
- 8.1.2.5. A manutenção corretiva consta da substituição de peças, limpeza geral, lubrificação geral, revisão completa no sistema mecânico (quando aplicável), elétrico (quando aplicável), sonoro (quando aplicável), teclados, verificação de conexões e cabos, ajustes gerais, programação e configuração de resolução e filtros digitais, ajustamento e linearização de sistemas eletromagnéticos, limpeza de sistemas óticos, lentes, espelhos, condensadores, recarga de óleo e gás (compressores), pinturas (quando necessário), outros serviços essenciais, e testes de funcionamento, entre outros.
- 8.1.2.6. As peças a serem substituídas deverão ser originais, primeiro uso, novas, lacradas e abertas na presença do servidor do IFRN, e a (s) peça (s) substituída (s) deve (m) ser entregue (s) ao servidor responsável pelo acompanhamento do serviço ou seu substituto no caso de ausência daquele, para que o mesmo proceda com o descarte ou reaproveitamento em aulas práticas/pesquisas na instituição, se for o caso.
- 8.1.2.7. A CONTRATADA deverá substituir peças dos equipamentos sempre que verificada sua necessidade, em função do desgaste natural decorrente da utilização ou de defeitos técnicos, por outra de configuração idêntica ou superior, originais e novas, por ocasião da execução de manutenção corretiva. As peças substituídas deverão ser guardadas e devidamente identificadas conforme a manutenção respectiva, e liberada para desfazimento após conferência pelo GESTOR do Contrato;
- 8.1.2.8. Ao término do (s) serviço (s) a Contratada deverá emitir certificado (s) de manutenção, em papel timbrado da empresa, devidamente assinada pelo Técnico responsável pela execução do (s) serviço(s), constando o detalhamento da manutenção realizada, assim como, a garantia do(s) serviço(s), que não poderá ser inferior a 90 dias.
- 8.1.2.9. Para os casos de peças, a garantia mínima deverá ser de 90 (noventa) dias.
- 8.1.2.10. O prazo para conclusão dos serviços deverá ser apresentado pela Contratada e acordado junto ao IFRN, uma vez que dependerá da solicitação das peças de reposição.
-

- 8.1.2.11. Em caso de problemas nos equipamentos durante o período da garantia, o IFRN abrirá chamado junto à empresa, a qual deverá realizar visita em até 48 (quarenta e oito) horas após abertura do chamado para correção dos problemas, sem custo adicional para o IFRN, salvo, em caso de danificação de peças por motivos não inclusos na manutenção (queda de energia, utilização inadequada, manuseio inadequado, etc.).
- 8.1.2.12. Os serviços de equipamentos, que por motivos técnicos não puderem ser executados nos locais de uso, serão retirados pela CONTRATADA, desde que respeitadas as normas de saída dos equipamentos da IFRN e mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE. Neste caso, toda a responsabilidade pelas despesas com a remoção dos equipamentos, peças e acessórios para qualquer local externo às dependências da CONTRATANTE, para recuperação, bem como pela sua posterior devolução, acompanhada da devida autorização, será exclusiva da CONTRATADA.
- 8.1.2.13. Ocorrendo o previsto no item anterior, o CONTRATANTE avaliará sobre a necessidade de se substituir imediatamente o componente, de acordo com o uso do equipamento, o tipo de equipamento/peça, facilidade de se ter em estoque ou de se encontrar no mercado. Caso ocorra, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata instalação de outros componentes com as mesmas características dos componentes retirados, sem ônus para o CONTRATANTE, os quais somente poderão ser retirados quando da reinstalação dos componentes originais devidamente corrigidos
- 8.1.2.14. Nos equipamentos que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia e autorização expressa do CONTRATANTE;
- 8.1.2.15. Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo técnico responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias;
- 8.1.2.16. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere o item anterior e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento;

8.2. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato, na forma que segue:

8.2.1.1. [...] Todos os serviços a serem executados deverão estar de acordo com as orientações do Fabricante. Em caso de dúvidas ou questionamentos, a fabricante ou representante autorizado deverão ser contatados.

8.2.1.2. As manutenções preventivas ou corretivas deverão ser realizadas in loco, salvo se houver necessidade de realização de serviços em oficinas da própria CONTRATADA, o que deverá ser documentada a saída do (s) equipamento (s) do IFRN. No entanto, em caso de substituição de peças, as mesmas deverão ser apresentadas devidamente lacradas ao servidor do IFRN que, em caso de troca em ambientes externo ao Instituto, deverá identificá-las para garantia, e ainda, a CONTRATADA deverá entregar ao IFRN a peça substituída (danificada).

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1.1. A contratada deverá fornecer todos materiais, equipamento e mão de obra necessários a perfeita execução dos serviços de instalação e manutenção de equipamentos odontológicos.

9.1.1.2. Caso a administração pública, tenha dificuldade de comprovar a razoabilidade de preço praticado pela contratada, esta pode ser realizada através da apresentação de notas fiscais da peça a ser adquirida

9.1.1.3. O item peça será objeto de disputa do certame licitatório pelo maior desconto.

9.1.1.4. A relação de equipamentos constantes no ANEXO II tem caráter inicial e de estimativa de custos com manutenção, podendo sofrer alterações a qualquer tempo, em razão de acréscimo de novas tecnologias, substituição por equipamentos novos, bem como baixa de bens que não possuem mais peças de reposição ou possibilidade de conserto.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1.1. A contratada deverá:

10.1.1.1.1. Fornecer todo material, equipamentos e mão de obra para perfeita execução dos serviços de manutenções;

10.1.1.1.2. Executar os serviços nos ambientes

beneficiados com a presente contratação, onde os equipamentos e materiais permanentes se encontram instalados.

10.1.1.1.3. Realizar manutenção preventiva e corretiva, que consistirá de mão de obra especializada para execução, de acordo com as recomendações técnicas especificadas no manual do equipamento e pelo fabricante.

10.1.1.1.4. Realizar a manutenção preventiva que consistirá em manter os equipamentos em condições normais de operação, e compreende a realização de todos os procedimentos necessários para minimizar as incidências de falhas ou defeitos no equipamento.

10.1.1.1.5. Caso a administração pública, tenha dificuldade de comprovar a razoabilidade de preço praticado pela contratada, esta pode ser realizada através da apresentação de notas fiscais da peça a ser adquirida.

10.1.1.1.6. Realizar a manutenção corretiva que consistirá dos serviços de reparos necessários para eliminar defeitos ocorridos sob condições de utilização adequada dos equipamentos, bem como testes e calibração após reparos para promover o retorno do equipamento às condições normais de operação.

10.1.1.1.7. Prever, quando da manutenção corretiva, a troca de placas eletrônicas, componentes mecânicos, ópticos, sensores, ou qualquer componente seja por desgaste normal ou de força maior, e elaborar o orçamento com os valores descritivos das peças a serem substituídas, devendo a CONTRATADA proceder à comprovação de que os preços das peças estão compatíveis com os praticados no mercado. As peças e acessórios deverão ser originais, conforme especificação do fabricante com garantia de no mínimo 90 (noventa) dias.

10.1.1.1.7.1. O valor pago pela Administração Pública nas peças é o percentual de maior desconto sobre a base de preço da tabela do fabricante e, não existindo tabela, será a média aritmética da pesquisa de, no mínimo 03 (três), preços feita pela CONTRATADA.

10.1.1.1.8. Arcar com responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

10.1.1.1.9. Arcar com o pagamento de todas as

despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

- 10.1.1.1.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidades com as normas e determinações em vigor.
 - 10.1.1.1.11. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os equipamentos de proteção individual – EPI, quando for o caso.
 - 10.1.1.1.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência do IFRN.
 - 10.1.1.1.13. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de DOCUMENTO PESSOAL;
 - 10.1.1.1.14. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
 - 10.1.1.1.15. Comunicar por escrito ou através de sistema on line, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo IFRN.
 - 10.1.1.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - 10.1.1.1.17. Informar o nome da pessoa designada para manter entendimentos com o IFRN.
 - 10.1.1.1.18. Pagar todos e quaisquer tributos incidentes sobre sua atividade empresarial ou sobre os serviços objeto deste Termo de Referência, bem como os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre seus empregados e/ou prepostos.
 - 10.1.1.1.19. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos e omissões que seus empregados e/ou prepostos, direta ou indiretamente, cometerem no interior do IFRN.
 - 10.1.1.1.20. Assumir todos os custos decorrentes
-

deste contrato especialmente os encargos sociais, impostos, taxas, etc, sejam eles fiscais, trabalhistas, previdenciários, de acidentes de trabalho ou indenizações de qualquer natureza devida aos seus empregados;

10.1.1.1.21. Prestar todos os esclarecimentos, sempre que solicitados pelo IFRN, acerca das condições de execução dos serviços cujas reclamações obrigam-se a atender prontamente.

10.1.1.1.22. Dar garantia de qualidade da prestação de serviços contratados, durante o período de vigência contratual, sem qualquer ônus adicional para o IFRN, e, na hipótese de serviço (s), executados em desacordo com a respectiva Contratação, deverão ser refeitos imediatamente, também, sem qualquer ônus adicional para a Contratante;

10.1.1.1.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.1.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.1.1.1.25. Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes do Contratado, tais como: mão de obra, transportes, entre outros;

10.1.1.1.26. A Empresa deve responsabilizar-se pelas remoções de equipamentos que forem necessárias para a execução dos serviços, garantidas as condições de manuseio e transporte.

10.1.1.1.27. É vedada a instalação da empresa nas dependências do IFRN, bem como utilização dos servidores e funcionários terceirizados para execução dos serviços objeto deste certame.

10.1.1.1.28. É vedada ainda à Contratada a utilização de quaisquer materiais de propriedade dos campi do IFRN.

10.1.1.2. Para o correto dimensionamento da proposta é imprescindível a análise detalhada no item 1 e no 8 onde se descreve a exata execução do objeto, desde serviços a

materiais a serem disponibilizados;

- 10.1.1.3. A relação dos equipamentos poderá sofrer alteração no decorrer do contrato, em razão de baixa, acréscimo, substituições ou remanejamentos.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
-

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
-

12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.13.1. A execução dos serviços será acompanhada pelo fiscal do contrato, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização da sua execução e o seu prazo, recebendo e certificando a nota fiscal/fatura do serviço correspondente, ficando a contratada responsável por todo e qualquer dano causado ao patrimônio do órgão ou a terceiros, decorrente do não cumprimento das observações constantes neste Termo.

15.13.2. O fiscal ainda deverá analisar, aprovar e fiscalizar a execução dos serviços a serem apresentados pela Contratada ao término dos serviços. Deverá ainda esclarecer as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução.

15.13.3. Emitir o IMR para encaminhamento à contratada para o devidodimensionamento da nota fiscal.

15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. Cumprimento do calendário de visitas de manutenção;

- 16.2.2. Realizar os serviços em conformidade com o definido neste termo de referência;
- 16.2.3. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços realizar-se-á por servidor (es), especialmente designado (s) para esse fim, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e na IN nº 05/2017;
- 16.2.4. Participarão da gestão do contrato, o Fiscal Técnico (titular e substituto), o Coordenador de Finanças e Contratos, como Gestor do Contrato;
- 16.2.5. Durante a vigência do contrato, a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SLTI/MPOG nº 05/2017, que tem por objetivo estabelecer critérios, metas e parâmetros para a avaliação dos serviços contratados e está previsto no Anexo III – Instrumento de Medição de Resultados (IMR).
- 16.2.6. A aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado será realizada de maneira proporcional ao atendimento das metas/parâmetros estabelecidas nos termos do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR que contempla critérios de adequação dos serviços à qualidade esperada.
- 16.2.7. O formulário poderá ser substituído por ferramenta informatizada, desde que esta mantenha os critérios e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 16.2.8. O IMR será entregue até dois dias úteis à CONTRATADA visando a emissão da nota fiscal do mês de referência. As adequações de pagamentos originadas da insuficiência de resultados não se configuram como penalidades ou multas.

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

- 17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a

adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o teste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por forçadas disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

- 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
-

e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo

necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
 - 22.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - 22.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
 - 22.3.1.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os um ano serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
 - 22.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
 - 22.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
 - 22.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII- A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.2. *As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável*

22.3.2.1. *O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará destempera quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.*

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. *Valor Global: R\$ 616.216,07 (Seiscentos e dezesseis mil, duzentos e dezesseis reais e sete centavos).*

22.4.2. *Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.*

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5.1. O item peça será objeto de disputa do certame licitatório pelo maior desconto.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 661.216,07 (Seiscentos e sessenta e um mil, duzentos e dezesseis reais e sete centavos).**

23.1. Esta contratação está prevista no planejamento dos campi da rede IFRN, para os anos de 2022/2023, conforme o Planejamento de Contratação Anual - PCA, segundo a meta 23.1.1.1 Garantir a manutenção das unidades e aperfeiçoar o acompanhamento e a contratação de serviços, 190 - Contratar serviços continuados sem locação de mão de obra (pessoa física ou jurídica).

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

24.1.1. Considerando que a referida contratação será realizada através de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registros de preços, justifica-se a não indicação de dotação orçamentária, em decorrência do Decreto 7.892/2013: Art. 7º, § 2º, o qual determina: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

Município de São Gonçalo do Amarante, 14 de fevereiro de 2023.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

MATRÍCULA	SERVIDOR	FUNÇÃO	REPRESENTAÇÃO
1355156	Aline Horácio da Costa Aquino	Presidente	<i>Campus João Câmara</i>
2101595	Adriane de Moraes Ferreira	Membro	<i>Campus João Câmara</i>
2126177	Jaaziel Alves de Medeiros	Membro	<i>Campus João Câmara</i>
2151065	Nathalia Ramos da Silva	Membro	<i>Campus João Câmara</i>
3042898	Antonio Felipe Fernandes Araujo	Membro	<i>Campus Macau</i>
2338314	Andrea Barros de Almeida Pacheco	Membro	<i>Campus Macau</i>
3163289	Keyvison Protasio da Rocha	Membro	<i>Campus Macau</i>
1961942	Sérgio de Carvalho Guedes	Membro	<i>Campus São Gonçalo do Amarante</i>
1877723	Marcia Marillac Cardoso Oliveira	Membro	<i>Campus São Gonçalo do Amarante</i>
1011732	Marta Silvanere Pereira	Membro	<i>Campus São Gonçalo do Amarante</i>

Aprovação do Termo de Referência:

Pelos poderes delegados aos Diretores Gerais, através da Portaria 310/2022 - Reitoria/IFRN, de 3 de março de 2022, considerando presente nesta solicitação o interesse público pela característica indispensável da Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos, com fornecimento de peças, de forma sistêmica aos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, por meio do Núcleo Agreste de Compras e Contratações do IFRN, em decorrência da Portaria nº 165/2022 - RE/IFRN, que aprovou o Calendário de Compras e Contratações Comuns do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, referente ao Exercício 2022, APROVO o presente Termo de Referência, e AUTORIZO a abertura do certame licitatório previsto, na forma de pregão eletrônico, para Registro de Preços, uma vez que a licitação atenderá também outros Campi do IFRN na condição de participantes.

Luisa de Marillac de Castro Silva: Diretora Geral
IFRN Campus São Gonçalo do Amarante - Mat. SIAPE 1893393

Anexos:

- I – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- II – Relação de Equipamentos por Campus da rede IFRN.
